

## A EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ- IFPI: 110 ANOS DE HISTÓRIA

Maria Keila Jeronimo <sup>1</sup>

### RESUMO

O ensino profissional no Brasil foi efetivado por meio da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. Este trabalho é um recorte de pesquisa inicial, de um trabalho maior sobre o ensino de filosofia no ensino técnico integrado ao médio no IFPI. Objetiva demonstrar historicamente o percurso da expansão da rede federal no Estado Piauí, desde o seu início até o fim da expansão, em 2016. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e exploratório, desenvolvida mediante levantamento bibliográfico e análise da legislação que regulamentou a criação dessas escolas no referido período. Com o intuito de verificar como essa expansão ocorreu, sobretudo nos últimos 20 anos, bem como os impactos sociais dos IF's no processo de interiorização.

**Palavras-chave:** IFPI, Expansão, Educação Profissional.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, a história da educação profissional remonta à época do Império, período em que a formação da força de trabalho ficavam a cargo das associações religiosas e filantrópicas. Já existia a preocupação de se buscar capacitar trabalhadores nos diversos ofícios, no entanto, o objetivo principal era a retirada das crianças das ruas para que não se transformassem em futuros desocupados. Como medida preventiva, foi determinado pelo governo que os órfãos fossem encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, pois a intenção era formar um contingente profissional para atuar na marinha e na guerra.

Com a proclamação da República, em 1889, essas escolas foram mantidas em alguns estados da federação, servindo como base para a construção de uma rede de escolas profissionalizantes. Com a instituição do novo regime Federativo da República possibilitou-se a realização de políticas por parte dos Estados da Federação no que diz respeito à organização do ensino profissional. Nilo Peçanha, já como Presidente da República, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, marco inicial da Rede Federal.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação (UFRN), professora de Filosofia (IFPI), keila.jeronimo@ifpi.edu.br.

Essas escolas eram distribuídas nas capitais dos Estados, e tinham como missão oferecer aos menos favorecidos qualificação para o mundo do trabalho e que lhes possibilitassem o afastamento da marginalidade, como já apontado anteriormente. Sendo assim, era imprescindível que fosse atendido a justificativa posta no referido decreto que diz: não só habilitar “os filhos dos desfavorecidos da fortuna” com o indispensável preparo técnico e intelectual, mas também fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastasse da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909).

Então a criação das Escolas de Aprendizes Artífices era um dever do Governo da República no intuito de formar cidadãos úteis a nação. Nesse contexto, foi instalada em Teresina – PI, inaugurada em 01 de janeiro de 1910, de acordo com o decreto de criação, cabia:

[...] formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas quando possível, as especialidades das indústrias locais (BRASIL, 1909).

Estrategicamente o ensino profissionalizante foi instituído com intuito de formar mão de obra qualificada para atender às demandas das indústrias constantes no município, como também, retirar os jovens da ociosidade e prevenir a entrada destes no mundo da criminalidade.

Neste sentido, este trabalho é um recorte de pesquisa inicial, de um trabalho maior sobre o ensino de filosofia no ensino técnico integrado ao médio no IFPI. Objetiva demonstrar historicamente, o percurso da expansão da rede federal no Estado Piauí, desde o seu início, até o fim da expansão, em 2016. A partir da Escola de Aprendizes Artífices até a contemporaneidade, quando foram instituídos os Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI, bem como sua expansão e interiorização no Estado, como tentativa de atender as demandas sociais.

Diante do exposto, este artigo apresenta uma revisão bibliográfica e documental sobre a política de expansão dos IF's no Piauí, e assim, contribuir para a divulgação, reflexão e discussão desta temática. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações.

A pesquisa bibliográfica pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica, neste caso, este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre o temática ora apresentada, pesquisamos documentos que abordam sobre a temática. Foram consultadas várias

literaturas relativas ao assunto em questão, como livros, leis e artigos publicados na *internet* e os quais são essenciais para nossa reflexão e embasamento da pesquisa em curso.

O presente trabalho é composto de quatro partes, além dessa apresentação introdutória, está dividido em três seções, na primeira seção elaboramos a história do IFPI, na segunda seção tratamos sobre a expansão e interiorização dos *campis*, e por fim, a conclusão que trará um apanhado geral sobre o trabalho.

## **IFPI: UMA ESCOLA CENTENÁRIA**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm sua origem com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, no âmbito do Sistema Federal de Ensino. Porém, a história dos IF's começou bem antes, como já dito anteriormente, no século XX, no ano de 1909, o país era governado pelo presidente Afonso Pena, que faleceu no poder, sendo substituído no cargo pelo seu Vice-Presidente, Nilo Peçanha, que assume à 14 de junho desse mesmo ano.

Preocupado com a situação econômica e social do Brasil, especialmente com a população de pobres e miseráveis, que era uma realidade pujante no Estado do Piauí, especialmente na capital, Teresina,

[...] sua Capital viveu, naquela época, uma situação crítica de miséria, provocada pela imigração nordestina. Em decorrência da seca (1877-1879), famílias inteiras fugiram de suas províncias, na busca de melhores condições de sobrevivência, para a Amazônia, na época região da borracha. Todavia, esses migrantes por aqui ficavam em virtude da falta de condições físicas de prosseguir viagem e do medo do desconhecido que povoava suas mentes. Era composta de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, o que agravava mais o estado de miséria das cidades piauienses, particularmente Teresina, pela falta de alimentação, moradia e emprego. [...] A marginalidade social tornava-se explícita na cidade Teresina, que, neste momento, dava passos no processo de urbanização. (ARAÚJO, 1995, p. 13)

Por isso, pensando em dias melhores para a população carente, faz publicar o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizes Artífices, sob o Ministério da Agricultura Industrial e Comércio, para ofertar o ensino primário tendo como propósito a formação de profissionais artesãos, com o ensino voltado para o trabalho manual e mecânico. Para Teresina, capital do Estado do Piauí, com o objetivo de cumprir com essa missão, veio o Coronel Josino José Ferreira. (REGO; RODRIGUES, 2009, p.)

O parágrafo único do Artigo 1º do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, diz textualmente que “as Escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que, pelos governos locais, foram cedidos

permanentemente para este fim”. No caso da Escola do Piauí, esta teve como primeira sede um edifício que não pertencia nem à União e nem ao Estado, pois tratava-se de um imóvel particular que o Sr. Cel. Josino José Ferreira negociou com o Governador do Estado para que alguém alugasse e o governo cedesse gratuitamente a fim de servir de sede à Escola, custeada pela União, sendo esta contemplada pelo Governo local.

Em 13 de janeiro de 1937, por força da Lei nº 378, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, e todas as outras 18 unidades que cumpunham a Rede de Educação Profissional passaram a denominar-se Liceu Industrial. As escolas integravam agora, o Ministério da Educação e Saúde, criado no início da década de 1930 no Governo de Getúlio Vargas. Neste Ministério foi criado a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, posteriormente Superintendência do Ensino Industrial e, finalmente, Diretoria do Ensino Industrial.

O governo de Getúlio Vargas queria o mais rápido possível a industrialização do Brasil, para isso publica a Lei Orgânica do Ensino Industrial, por meio do Decreto-Lei de 25 de fevereiro de 1942, que muda o nome das Escolas da Rede, como também, a finalidade de algumas delas, transformando-as em Escolas Técnicas e outras em Escolas Industriais. As Escolas Técnicas estavam autorizadas a realizar além dos cursos técnicos, ministrar cursos industriais, de mestría e pedagógicos. (BRASIL, 1942).

Entre elas industriais, estava a Escola Industrial de Teresina, a qual estava autorizada a ministrar o primeiro ciclo do ensino industrial:

Art. 6º O ensino industrial será ministrado em dois ciclos.

§ 1º O primeiro ciclo do ensino industrial abrangerá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino industrial básico.
2. Ensino de mestría.
3. Ensino artesanal.
4. Aprendizagem.

§ 2º O segundo ciclo do ensino industrial compreenderá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino técnico.
2. Ensino pedagógico

Na Escola Industrial de Teresina, era o ensino ginásial, como ensino propedêutico e profissional, antes havia os ofícios de carpinteiro e sapateiro, sendo suprimido nessa época, surgindo o curso de alfaiataria. Os cursos profissionais desta fase da Escola eram: Marcenaria, mecânica de máquinas, solda e serralheria, alfaiataria e fundição.

A partir de 1966, passou a atuar como Ensino Profissional em nível de 2º Grau, com a denominação de Escola Industrial Federal do Piauí. Em 1967, foi modificada mais uma vez a denominação, chamando-se Escola Técnica Federal do Piauí - ETFPI, visando adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, com ênfase na preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Durante os anos de 1970 a ETFPI ofertava para a comunidade os cursos técnicos da área secundária, que eram os seguintes: Agrimensura, posteriormente transformada em Estradas, Eletromecânica, que se dividiu posteriormente em Eletrotécnica e Eletrônica, vindo a se transformar em Telecomunicações. Na área terciária, os cursos técnicos eram: Administração, Contabilidade e Secretariado. Por força da Lei 5.692/ 71, a escola oferecia esses mesmos cursos em forma de intercomplementariedade para alunos que faziam o ensino médio propedêutico em algumas escolas públicas e particulares de Teresina.

A partir desse panorama histórico anterior ao processo de expansão, podemos perceber a importância da implementação do ensino profissionalizante no Brasil e especificamente em Teresina-PI. Abordaremos em seguida como se implementou a política expansiva das escolas técnicas da Rede Federal no Estado do Piauí.

## **O PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFPI**

Em 1994, inicia-se o processo de "cefetização" da ETFPI, culminando, em 1999, por meio da Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994 de 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal do Piauí passou a Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí –CEFET-PI, com maior abrangência e possibilidades de atuação. O CEFET-PI oferecia a educação continuada dos trabalhadores, ensino médio, educação profissional técnica de nível médio, educação profissional tecnológica, graduação e pós-graduação, possibilitando levar a oferta desse ensino a Teresina e, agora também, a Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, localizada no município de Floriano-PI, inaugurada no ano de 1994.

A partir dos anos 2000, por meio da política de expansão no período compreendido de 2004-2009, em todo o território foram construídos novos IF's, distribuídos entre 134 diferentes municípios – com população variando entre 30 e 500 mil habitantes. Ao final da expansão, em 2016 havia 644 IFs atendendo a 568 municípios, e em várias unidades os níveis de ensino também passaram a atender aos cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada. (FAVERI; PETTERINI; BARBOSA, 2018, p. 129-130).

Como já citado, no Piauí já se tinha 02 (duas) unidades instaladas na pré-expansão, Teresina Central, e Campus Floriano. A partir de primeira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram implantando em 2007, dois novos campus, Parnaíba, ao norte do Piauí e Picos, ao sul do Estado. Em 2010, dá-se a segunda fase da expansão, com inauguração de mais 7 (sete) *campis*, Angical do Piauí, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato, Teresina Zona Sul, Uruçuí.

Entre 2014 a 2016, foram implantados mais 09 (nove) *campis*, dentre eles, 03 (três) unidades avançadas: Campus Avançado do Dirceu, Campus Avançado de Pio IX, Campus Avançado de José de Freitas. Os outros *campis* foram, Campo Maior, Cocal, Oeiras, Pedro II, São João do Piauí e Valença do Piauí.

## QUADRO DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CAMPIS NO PIAUÍ

### PRÉ-EXPANSÃO

CAMPUS	CONSTRUÇÃO	INAUGURAÇÃO	REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA*
<b>Teresina Central</b>	1909	23/09/ 1909	Teresina
<b>Floriano</b>	1994	16/06/1994	Floriano

### FASE DA EXPANSÃO I

<b>Parnaíba</b>	2003-2010	14/11/2007	Parnaíba
<b>Picos</b>	2003-2010	28/05/2007	Picos

### FASE DA EXPANSÃO II

<b>Angical do Piauí</b>	2003-2010	01/02/2010	Amarante-Água Branca-Regeneração
<b>Corrente</b>	2003-2010	01/02/2010	Corrente
<b>Paulistana</b>	2003-2010	29/11/2010	Paulistana
<b>Piripiri</b>	2003-2010	01/02/2010	Piripiri
<b>São Raimundo Nonato</b>	2003-2010	01/02/2010	São Raimundo Nonato
<b>Teresina Zona Sul</b>	2003-2010	06/12/2010	Teresina
<b>Uruçuí</b>	2003-2010	01/02/2010	Uruçuí

### FASE DA EXPANSÃO III

<b>Campo Maior</b>	2013-2014	30/12/2014	Campo Maior
<b>Cocal</b>	2013-2014	30/12/2014	Parnaíba
<b>Oeiras</b>	2011-2012	23/04/2013	Oeiras
<b>Pedro II</b>	2011-2012	23/04/2013	Piripiri
<b>São João do Piauí</b>	2011-2012	23/04/2013	São João do Piauí
<b>Valença do Piauí</b>	2013-2014	30/12/2014	Valença do Piauí
<b>Campus Avançado do Dirceu</b>	2013-2014	30/12/2014	Teresina
<b>Campus Avançado de Pio IX</b>	2013-2014	30/12/2014	Picos
<b>Campus Avançado de José de Freitas</b>	2015-2016	09/05/2016	Teresina

Fonte: Portal do Instituto Federal do Estado do Piauí – IFPI. (2018)/ \*IBGE (2017)

Percebe-se que a partir dos dados demonstrados no quadro, houve um aumento progressivo de unidades instaladas, um salto de 02 (duas) unidades para 20 (vinte) unidades, atendendo a 18 (dezoito) municípios do Estado, contudo sua abrangência ultrapassa os limites territoriais destes municípios, tendo em vista o deslocamento de alunos para acesso ao ensino, conforme modalidade e perfil de cursos ofertados. Atualmente são ofertados 50 cursos, compreendendo os níveis técnico, integrado, tecnólogo, bacharelado e licenciaturas. Desde a mudança para CEFET já se oferecia algumas licenciaturas de ciências como: Matemática, Física, Química e Biologia. Atualmente o Instituto Federal oferece outros cursos além dos citados, como em outras modalidades, como os cursos técnicos de Educação à Distância -EAD. Na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA.

A qualidade de ensino é destacada pelos bons resultados obtidos em exames de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, e nos processos seletivos de acesso às vagas de nível superior, nos quais os alunos do IFPI costumam a obter aprovações, além das diversas participações dos alunos em feiras e olimpíadas nacionais. O IFPI oportuniza diversas áreas do conhecimento, a cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial e à distância, e *stricto sensu* (Mestrado), na modalidade presencial, além de programas para qualificação de servidores MINTER e DINTER (IFPI, 2018).

Além do ensino, atua também com pesquisa e extensão, desenvolvendo programas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica com Programas Proagrupar e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), bem como oferta programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC e PIBIC Jr) para os estudantes. Na extensão, com programas de incentivos a projetos junto a comunidade escolar, bem como, com a comunidade externa ao IFPI.

Percebe-se que ao longo desses 110 anos de existência e, sobretudo, por conta da política expansionista, a rede federal de educação tecnológica transformou-se numa referência em educação, por meio de incentivos e investimentos com perspectivas de atender as demandas sociais, levando para vários municípios uma educação que supera as outras redes ao que concerne ao ensino, pesquisa e extensão. Contribuindo não apenas para formar mão de obra qualificada para o mundo do trabalho, mas também, para o exercício da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, vimos que ao longo dessa história centenária, a rede federal de educação vem oportunizando uma educação pública que visa atendimento às demandas apresentadas pela sociedade. E com o processo expansionista e de interiorização, os Institutos Federais puderam otimizar a oferta de cursos, em locais descentralizados, o que facilitou muito o acesso dos alunos às escolas, pois não precisam mais sair de seus municípios para a capital em busca de melhor educação.

Conclui-se que é evidente o valor e a importância dessas unidades no interior do Estado do Piauí, para a disseminação da ciência, qualificação profissional e formação da cidadania, com ações de ensino, pesquisa e extensão que fomentam o desenvolvimento socioeconômico local e regional, e assim contribuem com a redução das desigualdades sociais e regionais. Por isso, são instituições que desempenham um papel de grande relevância e como elemento estratégico para a construção da cidadania, como também, para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO. **Cotidiano e pobreza: A magia da sobrevivência em Teresina 1877-1914.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/Decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/Decreto_7566_1909.pdf)> Acesso em 01/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 03/10/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)> Acesso em 03/02/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de Janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm)> Acesso em 03/02/2019.



\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm)> Acesso em: 13/ 08/ 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Cria os Institutos Federais de Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>> Acesso em 03/ 08/ 2018.

FAVERI, D. B.; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. **Uma avaliação do impacto da política de expansão dos institutos federais nas economias dos municípios brasileiros.** Planejamento e Políticas Públicas. n. 50, p. 125-147, jan/ jun 2018.

IFPI . **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 a 2019.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Teresina: IFPI, 2014;

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Teresina: IFPI, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões geográficas.** Disponível em: <[https://ia600603.us.archive.org/2/items/RegiesGeogrrficasBrasil2017/Regi%C3%B5es%20geogr%C3%A1ficas\\_Brasil%202017.pdf](https://ia600603.us.archive.org/2/items/RegiesGeogrrficasBrasil2017/Regi%C3%B5es%20geogr%C3%A1ficas_Brasil%202017.pdf)> Acesso em: 04/ 01/ 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. **O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação.** Disponível em<[http://simec.mec.gov.br/academico/mapa/dados\\_instituto\\_edpro.php?uf=PI](http://simec.mec.gov.br/academico/mapa/dados_instituto_edpro.php?uf=PI)> Acesso em 18/ 05/ 2018.

RÊGO, V. R. RODRIGUES, A. G. **100 Fatos de uma Escola Centenária.** Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, 2009.